

----- **ATA N.º 3/2022** -----

-----Aos vinte e sete dias, do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão.-----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos comunicou, via correio eletrónico, datado de vinte e um de junho de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número quarenta e um, que se encontraria ausente no período compreendido entre os dias vinte e seis de junho e três de julho, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Cristina Dias Pires.-----

-----Informou, também, que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva comunicou a sua ausência na presente sessão, via correio eletrónico, datado de vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número quarenta e dois, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos.-----

-----Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros: -----

- José Miguel Neves Figueiredo; -----
- Joaquim Lopes de Abreu; -----
- Alexandra Isabel Henriques Sena; -----
- Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----
- Carlos Miguel da Costa Cunha;-----
- Francisco José Pereira Marques Cabral;-----
- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
- Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
- Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----
- Ana Cláudia Rodrigues Marques; -----
- Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Mariana Flor Neves dos Santos;-----
- Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição do Senhor Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----
- José Jorge Silva;-----
- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
- António Santos; -----
- Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
- João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
- Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
- Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
- Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
- Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal.-----

-----**FALTA JUSTIFICADA – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”.-----

-----Esteve presente nesta sessão, o munícipe António Faria de Almeida que começou por cumprimentar todos os presentes. De seguida e por consequência de uma rotura na conduta de água que ocorreu na semana anterior, pretendeu saber se existe algum planeamento para a substituição das condutas em baixa, dentro da Vila de Celorico da Beira, uma vez que as mesmas já são muito antigas.-----

-----Continuou dizendo que, cada vez mais, é evidente a escassez de água por todo o País, o que o preocupa bastante. Assim, gostaria de saber se existe algum planeamento de candidatura para a construção de uma mini-albufeira, visto que essa seria uma boa solução para precaver a escassez de água no futuro. Esta é uma questão com que todos se devem preocupar, contudo o Executivo pode desenvolver o projeto com fundos comunitários.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que a intervenção foi pertinente e quando ocorrem incidentes, a preocupação torna-se mais presente, sobretudo num ano atípico em que houve uma seca prolongada. Nesse sentido, continuou dizendo que em todo o lado existe escassez de água, que se vai estender à própria rede de fornecimento de água ao domicílio e,

de facto, têm de pensar numa solução para as condutas de água mais antigas, da parte histórica de Celorico da Beira. Para além daquilo que é o custo material e financeiro, a tendência é aumentar o custo de exploração e, inevitavelmente, tem-se caminhado para isso, ainda que Celorico, comparado com outros Concelhos, seja um dos lugares onde a água se paga a um preço mais baixo. Hoje em dia as candidaturas neste âmbito, dificilmente são bem-sucedidas se forem efetuadas isoladamente, o que significa que toda a questão da subsidiação para esse efeito se faz através da constituição de grupos de municípios ou associações e, aí sim, podem candidatar não só a parte da exploração, como da renovação das condutas.

-----Mais disse que, a água em alta é contabilizada pela empresa Águas do Vale do Tejo à saída dos depósitos. Quanto ao abastecimento de água do Concelho uma parte vem da barragem do Caldeirão e a outra parte da barragem de Salgueirais e em caso de emergência, como acontece nalguns anos, há uma parte que é abastecida pelo Rio Mondego. Neste momento, há uma associação de três municípios, Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia, que implicou no imediato um ajustamento em alta do preço da água. Os Municípios de Celorico da Beira e Fornos de Algodres acabaram por adiar um pouco a entrada efetiva nessa associação, uma vez que eles já tinham dado alguns passos e estavam em patamares e preços de água muito acima dos praticados. A Autarquia de Celorico da Beira estava numa situação difícil, em termos financeiros e esse ajustamento seria bastante penalizador para todos, no entanto, terá que ser um passo inevitável numa primeira resposta para se integrarem nessa associação. Obviamente, que isso também acarreta outro custo para os consumidores, mas, talvez, essa seja a saída no imediato. Entretanto, tiveram algumas reuniões com as Águas do Vale do Tejo e com as Águas de Portugal, no sentido de um possível entendimento em terem a responsabilidade da água em baixa, dado que têm toda a tecnologia para deteção das fugas. No entanto, também, tem de existir um trabalho pedagógico e ter em atenção situações de desperdício, como os consumos em jardins, campos de futebol,

chafarizes públicos e outras situações diversas. Evidentemente, que devem ter a ambição de criar respostas de exploração de água no Concelho, uma vez que existe uma zona de serra, sobretudo Prados, Salgueirais e Linhares da Beira, onde há uma boa quantidade de água. Neste momento, há abordagens que estão a ser feitas, porém há passos que têm de ser dados, porque no contexto de seca e de redução de água com que se deparam, obriga a pensar que a água será, porventura, o bem mais precioso e, talvez, o mais caro que têm de considerar futuramente. Presentemente não têm uma resposta concreta, mas existe a identificação do problema e a vontade de encontrar soluções. -----

-----No que concerne a questão das condutas, disse que é um trabalho que tem de ser efetuado, sobretudo nas mais antigas e, por ser na zona histórica, torna-se mais complicado, considerando os vários procedimentos e exigências inerentes a uma intervenção nesse local. No entanto, é um trabalho que tem de ser realizado à semelhança dos trabalhos ocorridos ao nível do saneamento e novas condutas de água na via principal de Celorico. No imediato, a saída é juntarem-se a outros municípios e integrarem-se na referida associação, uma vez que é a melhor maneira de poderem fazer candidaturas, no sentido de encontrar financiamento para resolver o problema. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia da Mesquitela, onde foram recebidos pelos elementos da Junta de Freguesia e alguns munícipes que colocaram as suas preocupações. Informou, ainda,

que a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia do Baraçal. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre os assuntos abordados na Comissão Permanente, dos quais lhe foi dado conhecimento, tendo em conta, que não esteve presente na referida reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não pôde estar presente na reunião da Comissão Permanente, por questões particulares, contudo, foi inteirado dos assuntos abordados na mesma. -----

-----De acordo com os pontos que lhe foram expostos, começou por nomear o assunto da limpeza dos caminhos rurais, dizendo que essa questão é transversal a todas as freguesias, mas também, está associada à escassez de recursos humanos. Porém, foi aprovado o protocolo com as freguesias no sentido de lhes atribuir um subsídio para esse efeito. No que concerne às vias municipais, foi efetuada a limpeza da faixa de combustível, realizada pelas equipas de sapadores do Município e da Celflor. -----

-----Relativamente às casas degradadas, disse que a questão do património é muito atual e carece de uma intervenção, até porque se privilegia a intervenção nas zonas urbanas, em edifícios degradados e devolutos, e não a construção noutras locais, embora haja alguns desequilíbrios. Há uma situação que é da responsabilidade da Autarquia e que, porventura, já deviam ter dado uma resposta, que é a escola da Carvalheda, que tem de ser intervencionada brevemente. Existem algumas situações que vão tentar responder, embora haja algumas Juntas de Freguesia que dentro das suas possibilidades vão dando algumas respostas. A Câmara tem a responsabilidade de supervisionar e as freguesias de responder às necessidades. Adiantou, ainda, que brevemente terão de fazer uma reunião com as freguesias, no sentido de descentralizar as competências. Por fim, admitiu que, de facto, pode-se fazer mais tanto na Mesquitela, como noutras freguesias.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Cunha** que, após cumprimentar todos os presentes, apresentou o Voto de Protesto que a seguir se reproduz integralmente: -----

-----**VOTO DE PROTESTO CONTRA A MÁ DISTRIBUIÇÃO DE CORREIO NO CONCELHO PELOS CTT**-----

-----Nas últimas semanas a bancada do Partido Social Democrata tem sido interpelada por vários cidadãos de diversas freguesias do nosso concelho, com queixas acerca do mau funcionamento na distribuição de correio.-----

-----Tem existido um atraso constante do correio distribuído pelo concelho, e muitas vezes acontece até a falta do mesmo. -----

-----Com isto, não poderíamos ficar indiferentes, visto ser de extrema importância o correto funcionamento deste serviço.-----

-----Houve contas pagas fora do prazo limite, consultas e até mesmo operações que não ocorreram devido a serem recebidas notificações dias depois da data da consulta ou operação. -----

-----Assim, a bancada do PSD não poderia deixar de apresentar este voto de protesto, o qual depois de aprovado deve ser remetido à administração da entidade em causa, com vista a ser solucionado o problema da má distribuição o mais rápido possível. -----

-----Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2022, aprova um voto de protesto contra a má distribuição de correio no concelho pelos CTT.”-----

-----De seguida, referiu, as comemorações do Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul, agora finalizadas e que coincidiram com o Feriado Municipal do dia vinte e três de maio. Por conseguinte, felicitou o Executivo Municipal e todos os funcionários da Autarquia que contribuíram para estas celebrações, que para além de diversos e excelentes espetáculos, apresentações, inaugurações e cerimónias, puderam assistir também à

honrosa homenagem de dois F16 da Força Aérea Portuguesa a sobrevoar o Concelho. Mencionou, ainda, o evento do primeiro concurso de lançamento de aviões de papel com um excelente sentido de originalidade.-----

-----Felicitou, novamente, o Executivo que durante as comemorações inaugurou o projeto Casas de Acesso ao Castelo, que para além de contribuir para a reabilitação urbana, é também uma mais-valia e uma grande aposta na dinamização do turismo local. Esse projeto contribui na ligação e, conseqüentemente, no maior número de visitas ao castelo de Celorico, bem como para a oportunidade de um espaço museológico. O supradito projeto teve um custo de quinhentos e cinquenta mil euros, contando com uma participação comunitária de oitenta e cinco por cento. Este é sem dúvida um projeto concluído e de enorme sucesso para o Concelho. Tudo isto leva-o a dizer que uma gestão séria e rigorosa das finanças municipais, com vista ao equilíbrio e a uma maior redução do endividamento, leva a projetos elaborados com “cabeça tronco e membros”, tendo em vista uma melhor qualidade de vida dos celoricenses, bem como o desenvolvimento do Concelho. Com isto, podem mesmo, apesar de todos os acontecimentos recentes a nível mundial, esperar um futuro risonho para estas gentes. Os projetos começam a ser finalizados com preponderância, mas sem vaidades ou pedantismos, porque foram eleitos para o fazer. Aqui está, como dizia Francisco Sá Carneiro, “o Partido Social Democrata na linha da frente a cumprir o seu objetivo que sempre foi, é e será proporcionar um futuro melhor para as pessoas”.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel**, após cumprimentar todos os presentes, deu conhecimento que, no passado mês de março, os membros eleitos pelo Partido Socialista receberam uma comunicação não identificada, dando nota que, em várias freguesias do Concelho existiam construções não licenciadas. Nessa comunicação, eram apresentados alguns exemplos dessas construções e identificados os respetivos proprietários. Também dizia que, aparentemente, essa

comunicação para além de ter sido enviada aos membros eleitos do PS tinha sido enviada às autoridades com competência de investigação criminal para os devidos efeitos. Sendo um assunto sério, nunca o trouxeram a esta Assembleia, uma vez que não dispunham de quaisquer elementos até ao presente momento, que não fosse essa comunicação não identificada. Entretanto, teve conhecimento que na última reunião de Câmara foi apresentado um Mapa de Obras Particulares, no qual é possível constatar que foi apresentado um conjunto de pedidos de licenciamento e de legalização de obras, que lhe parece estar relacionado com esta comunicação. Assim sendo, pretendeu saber se estas vicissitudes relativas às construções são reais e, por outro lado, uma vez que a competência de instauração de processo contraordenacional respetivo, bem como a competência para a aplicação das sanções nestes processos é do Senhor Presidente da Câmara, se na sequência dessas comunicações, foi instaurado algum processo contraordenacional. -----

-----De seguida, a Senhora **Deputada Maria Antónia** disse que quando recebe um *email* não identificado ou não abre, porque pode ser vírus, ou lê, mas como não está identificado envia para o caixote do lixo ou então, comunica às entidades competentes, tais como a Policia Judiciária para averiguarem a sua origem. Desta feita, esta foi uma dúvida que lhe foi suscitada, pretendendo ser esclarecida sobre a questão. -----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes, que começou por lamentar a ausência do Senhor Presidenta da Câmara, na reunião da Comissão Permanente na sua Freguesia, uma vez que era útil ter ouvido o povo. -----

-----Prosseguiu, lembrando que, no anterior mandato, enviou vários ofícios para a Câmara a solicitar apoio técnico para a inspeção da ponte romana da Mesquitela que está em ruína, assim como para o arranjo da

envolvente da ribeira e para uma intervenção urgente na escola da Carvalheda. Comunicou, ainda, que em dois mil e vinte e um solicitou apoio para um telheiro na zona envolvente da ribeira. Também, em agosto desse mesmo ano, pediu uma reunião com o Senhor Presidente com o objetivo da reparação de uns muros no Vale da Ribeira, que não foi realizada. Da mesma forma, disse que a niveladora e o trator, no ano transato, deslocaram-se à sua freguesia uma única vez, o que considera pouco, pois o Município devia investir mais nas freguesias. Continuou, dizendo que, no presente ano a Câmara não limpou nada na freguesia da Mesquitela, tendo sido a Junta de Freguesia a efetuar as limpezas dos caminhos rurais, bermas e ruas.-----

-----Por fim, disse que, irá remeter à Câmara um ofício a solicitar apoio para a realização de pequenas obras que a Junta pretende desenvolver. ----

-----Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Carlos Cunha, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** mostrou-se solidário com a preocupação relativa ao funcionamento dos correios. Considera que, a passagem do serviço público, para o privado não beneficiou os territórios de baixa densidade, existindo uma deterioração dos serviços e, nesse sentido, têm de estar atentos, manifestar o desagrado e contactar os responsáveis, no sentido de manter este serviço que considera essencial.-----

-----Em relação às comemorações do Centenário, agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Deputado. A este propósito, considera que, no balanço final deste ciclo de comemorações, é obrigação de todos não deixarem morrer a memória e, nesse sentido, trazer para o presente personalidades que fazem parte da história portuguesa, dos maiores feitos do século passado, bem como, também, existem outros conterrâneos que têm tido participações muito honrosas. Acrescentou que, é um dever que passados cem anos consigam tornar presente e mais vivo os acontecimentos importantes que orgulham a todos. Desde trinta de março, que foi o dia da saída de Lisboa junto à Torre de Belém, até ao dia dezassete de junho, que

foi a chegada ao Rio de Janeiro, de facto, realizou-se uma verdadeira epopeia empreendida por dois homens, em que um deles, Sacadura Cabral, era de Celorico da Beira. Portanto, fez todo o sentido a Autarquia associar-se aos eventos das comemorações nacionais. As cerimónias no Concelho correram muito bem, foram dias de festa em que o ponto mais alto foi no dia do Feriado Municipal, com atividades diversas, onde a Marinha e a Força Aérea Portuguesa estiveram presentes.-----

-----Comunicou que por conveniência foi escolhido o dia do Feriado Municipal para a inauguração das Casas do Castelo. Nesse edifício, para além da regeneração urbana, existe um espaço de exposições que contribui para o turismo, tendo já tido a presença de turistas de vários pontos do país. - -----

-----Quanto às obras do Canil, Piscinas, Escola C+S e Largo da Corredoura informou que estão praticamente concluídas. Reconhece que existe um maior investimento na sede do Concelho, o que não quer dizer que as freguesias foram esquecidas, pois é importante ter consciência que se pode fazer mais e melhor sem deixar de responsabilizar as Juntas de Freguesia, porque também têm um papel importante e fundamental. Relativamente à escola da Carvalheda é responsabilidade direta da Autarquia e a breve prazo será intervencionada.-----

-----Em resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado José Miguel referiu que a considera mal-intencionada, uma vez que as obras não licenciadas são recorrentes e é obrigação da Câmara agir em conformidade quando tem conhecimento das mesmas. Disse que, de facto, tem havido muitas denúncias anónimas, mal-intencionadas, ainda assim, têm que dar resposta e é isso que têm feito. Considera, esse tipo de situações, um ato de cobardia política que tem acontecido no Concelho. Adiantou que, todas as obras que foram motivo de denúncia já vêm de outros mandatos, às quais têm dado resposta seguindo os trâmites normais e as pessoas são notificadas.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel** agradeceu o esclarecimento e respeita o juízo feito que subjaz à sua intervenção, no entanto as funções dos Deputados são de fiscalização da atividade municipal e, portanto, não se coibirá de fazer todas as questões que suscitem as suas reservas e foi isso que fez. -----

-----Quanto à transparência das exposições, concorda com o Senhor Presidente e por isso é que lhe faz as perguntas cara a cara, na Assembleia Municipal, não precisa de se esconder atrás de denúncias anónimas. -----

-----De seguida, solicitou que fosse lavrado um voto de protesto na ata relativamente à intervenção da Primeira Secretária/Deputada Maria Antónia, tendo em conta que é a terceira vez que intervém para comentar ou questionar as suas intervenções. -----

-----Voto de protesto:-----

-----“Se a Senhora Primeira Secretária quer comentar as minhas intervenções deve fazê-lo, creio eu, a não ser que seja para assegurar o cumprimento do Regimento e a ordem da sala, na qualidade de Deputada, mas, nesse caso, o lugar para comentar as minhas intervenções é aqui e não sentada nesse lugar. Daí fala a Primeira Secretária e, se assim o entendo, não comenta materialmente as intervenções dos Deputados.” -----

-----No seguimento da intervenção do Senhor Deputado, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** realçou que, efetivamente, na mesa, a Senhora Deputada Maria Antónia ocupa funções de Secretária. Posto isto, deverá, por regra, deslocar-se ao lugar de todos os Deputados para fazer qualquer intervenção. Contudo, não vê qualquer objeção em que a Primeira Secretária, como Deputada, possa fazer uma intervenção. -----

-----Pedi a palavra a Senhora **Deputada Maria Antónia** para esclarecer que sempre que fez uma intervenção, ficou identificada em ata como Deputada. Acrescentou que, face a esta intervenção do Senhor Deputado, a

partir do momento, o seu pedido será atendido sem qualquer problema e sem medo de discutir ideias.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para acrescentar que situações de denúncias por falta de licenciamento de obras clandestinas, sempre existiram. Contudo, cada vez que houver uma denúncia, a fiscalização da Câmara e os órgãos adequados irão dar resposta à situação. O estranho é que este assunto seja agora equacionado na sequência das denúncias anónimas, que têm sido muitas nos últimos tempos. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida colocou à votação o Voto de Protesto apresentado pela Bancada do PPD/PSD, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----Ausentou-se da sala o Senhor **Deputado José Jorge** não participando na votação, por estar afeto profissionalmente à entidade em causa. -----

-----O Voto de Protesto contra a má distribuição de correio no Concelho pelos CTT foi aprovado por unanimidade. -----

-----Retomou os trabalhos, o Senhor **Deputado José Jorge**. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/04/2022**-----

-----Foi presente a ata número dois, referente à sessão ordinária do dia vinte e nove, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, cujo texto foi

previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**4. APROVAÇÃO DA 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, começando por referir que esta Revisão tem por objetivo a necessidade de fazer alguns ajustes, tendo em conta um corte da receita do FEF face a dois mil e vinte e um, no montante de quinhentos e setenta e um mil euros, bem como um ajustamento do Mapa de Pessoal. Até ao momento, a Autarquia estava a ser gerida em duodécimos relativamente ao orçamento do ano anterior. Com isto, não quer dizer que a situação financeira da Câmara se agrave, o que significa é que não é tão vantajosa como desejariam, dado que se veem privados de mais de meio milhão de euros, que seria bastante útil para o investimento no Concelho e nas Freguesias. Em todo o caso disse que existem algumas compensações relativas a fundos que vão equilibrar as contas, assim como a própria situação financeira da Câmara continua a ser bastante favorável e progressiva em termos da diminuição da dívida. No momento, se o Município tiver necessidade de efetuar um investimento ou realizar obras tem uma margem de cerca de quatrocentos mil euros, ou seja, pode utilizar vinte por cento abaixo do nível de endividamento, embora não estejam a pensar fazê-lo no imediato.-----

-----Relativamente às receitas, disse que de modo a minimizar o impacto da redução de verbas há uma série de quantias que vão receber, no segundo semestre do ano, relativas às candidaturas das obras que estão em curso. Assim como, também, houve receitas relativas a pedidos de pagamento do ano anterior em cerca de cento e vinte mil euros. Foram igualmente revistos valores relativos à cobrança de água, uma vez que houve uma isenção durante muito tempo, resultando num acréscimo de sessenta e quatro mil euros. Também foram recalculados os valores das rendas de concessão a receber por parte da E-Redes e da empresa Águas do Vale do Tejo num valor aproximado de setenta e sete mil euros. Da mesma maneira que as transferências de competências lhes trazem alguns encargos, existindo uma verba de aproximadamente cinquenta e um mil

oitocentos e oitenta e oito euros, que vem da Segurança Social. Estas transferências vão trazer algum acréscimo na despesa com o pessoal e em concreto com o reforço que têm de fazer de vinte e dois mil euros. Também na Aquisição de Bens e Serviços houve um reforço de cinquenta mil euros para rubricas, sobretudo, ligadas à eletricidade e transportes escolares que obriga a um maior esforço. Assim como, também, despesa relativa a projetos no âmbito da CIMBSE e igualmente despesas de capital relativas a pequenas obras nas freguesias, em que há uma despesa de quarenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros. -----

-----Por fim, disse que em termos de execução o Município está dentro da média, uma vez que estão nos cinquenta por cento, que é o desejável para o presente ano. Em termos da despesa estão um bocadinho aquém, mas irão pagar em breve trabalhos relacionados com as obras em curso. A nível de tesouraria contam com um saldo final de dois milhões duzentos e quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e cinco euros e é visível uma evolução das finanças que considera bastante positiva. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que a Revisão ao Orçamento e GOP's agora apresentada é necessária para ajustar o Orçamento do Município aos valores previstos no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois recentemente aprovado, que prevê um corte de quinhentos e setenta e um mil quinhentos e trinta e cinco euros, face a dois mil e vinte e um. Disse que esse corte tem a ver com alguns componentes do FEF, nomeadamente os que estão indexados à atividade económica dos anos anteriores devido à pandemia. Em consequência, este ano haverá um reajuste e todos os Municípios terão um corte nas verbas. Aproveitou-se, também, esta revisão para ajustar o Orçamento do Município à terceira alteração do Mapa de Pessoal, solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara. Mencionou que, de modo a mitigar o corte na receita prevista no

Orçamento de Estado, foram efetuados diversos ajustes às previsões da receita que tinham sido estimadas na elaboração do Orçamento do Município, bem como se ajustaram diversas rubricas na despesa. -----

-----No que respeita à Receita, o Orçamento do Município para dois mil e vinte e dois foi dotado com os valores de dois mil e vinte e um, visto que à data de elaboração do mesmo, ainda não tinha sido aprovado o Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois. Até à presente data, o Município tem recebido por parte da DGAL os valores de dois mil e vinte e um, situação que será reajustada após a entrada em vigor do novo orçamento. -----

-----Mais disse que tendo em conta que o corte a efetuar nas transferências previstas no n.º 3, art.º 35, do RFALEI é superior à execução já efetuada este ano, o diferencial será descontado na rubrica da receita de fundos comunitários, devendo os valores ser retificadas em modificações orçamentais futuras, após o reembolso ao Estado dos valores recebidos a mais. De seguida, disse que, de modo a minimizar o impacto da redução das transferências do Estado, foram realizados diversos ajustes à receita, nomeadamente nos valores a receber das participações dos projetos financiados por fundos comunitários, que estão previstos nas Grandes Opções do Plano e que têm sido alvo de diversos ajustes ao longo do ano, tais como os projetos da Escola Sacadura Cabral, Piscinas Municipais, Edifício de Acesso ao Castelo, Largo da Corredoura e Parque Industrial da A25. Esses ajustes implicaram um aumento da receita de capital estimada em cerca de quinhentos e seis mil euros. Foram, também, considerados os valores de receita essencialmente corrente, de cerca de cento e vinte mil euros relativos a pedidos de pagamento do ano anterior, mas que só foram recebidos em dois mil e vinte e dois. Esses valores são provenientes de receita transferida pelo ICNF, Candidaturas no âmbito das Aldeias Históricas de Portugal, REFER e DGAL. Do mesmo modo, foram revistos os valores da receita relativa à cobrança de água, saneamento e resíduos, que foram ajustados para valores estimados para o ano de dois mil e vinte (pré-pandemia), que resultou num aumento estimado da receita corrente

de sessenta e quatro mil euros. De igual modo, foram calculados os valores das rendas de concessão a receber por parte da E-Redes e da empresa Águas do Vale do Tejo S.A. que tem rendas em atraso para com o Município, sendo que o reforço total totaliza cerca de setenta e sete mil euros. -----

-----No âmbito das transferências de competências da área da Segurança Social, estão previstos cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e oito euros, que correspondem a seis meses de receita a transferir pelo Estado, visto que é intenção do Município assumir essas competências a partir de um de julho do corrente ano. Esta verba visa cobrir as despesas com pessoal que o Município prevê contratar nesta área, cujas despesas estão previstas no respetivo orçamento, tendo por base a alteração prevista ao Mapa de Pessoal. -----

-----Relativamente à rubrica da Despesa, salientou que foram efetuados reforços orçamentais na despesa com pessoal tendo em conta a intenção do Senhor Presidente em efetuar mais uma alteração ao Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e dois, com a criação de nove lugares para técnicos superiores e quatro assistentes técnicos de diversas áreas. Estes ajustes foram compensados com uma redução nos valores inicialmente estimados para os procedimentos concursais para a contratação de catorze assistentes operacionais, cuja despesa prevista inicialmente era para dez meses em dois mil e vinte e dois, e que foi reajustada para seis meses de despesa no presente ano. Estes ajustes implicam um aumento global de despesas com pessoal em vinte e dois mil trezentos e oitenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

-----Quanto à despesa de aquisição de Bens e Serviços, referiu que foram reforçadas em cinquenta mil euros cada uma das rubricas relativas a despesas correntes com eletricidade e transportes escolares, tendo em conta a previsão de aumentos nestas despesas. Foi, igualmente, reforçada a rubrica relativa a eventos em vinte mil euros que apresenta um saldo relativamente baixo nesta altura do ano, para garantir eventuais despesas.

Também, foi reforçada a rubrica relativa a despesas com projetos da CIMBSE em cerca de trinta e cinco mil euros, de acordo com informação disponibilizada por aquela entidade. Assim como, foi criada uma rubrica para locação de outros bens, dotada com dois mil euros. -----

-----Sobre as despesas de Capital referiu que foi efetuado um reforço na rubrica relativa a pequenas obras nas Freguesias em quarenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros, visto apresentar um saldo relativamente baixo para esta altura do ano e que serviu para equilibrar o mesmo aumento nas receitas de capital. -----

-----Por fim, disse que foram, igualmente, efetuados diversos ajustes de menor valor em despesas correntes e de capital, sendo que todos os reforços da Receita e da Despesa estão listados, podendo as diversas rubricas serem reajustadas em futuras alterações/revisões orçamentais. Tendo em conta o disposto anteriormente, o Orçamento do Município tem um aumento global de duzentos e vinte e cinco mil e vinte e sete euros em dois mil e vinte e dois, sendo que também foram efetuados alguns acertos aos valores dos anos seguintes, tanto na Receita como na Despesa. Terminou, dizendo, que esta Revisão tem como princípio cumprir o equilíbrio financeiro. -----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Deputado José Miguel** disse que esta Revisão acresce às várias Alterações Orçamentais que já foram aprovadas em reuniões de Câmara e não precisa de recordar o Senhor Presidente do entendimento que tem quanto às Revisões e Alterações que, neste e noutros municípios, passaram de excecionais a crónicas. No momento, o que pretende salientar e transmitir é que lhe parece que a presente Revisão que é submetida para aprovação era desnecessária, não obstante que se revele imperiosa. Na verdade a principal motivação está explicitada na nota informativa que acompanha a proposta de Revisão do Orçamento e aí se diz que a segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, "...tem como objetivo

principal ajustar o orçamento do Município aos valores previstos no Orçamento de Estado para 2022 recentemente aprovado, que prevê um corte de 571 535€ face a 2021.” Ora, em dezembro de dois mil e vinte e um, quando o orçamento foi apresentado e discutido na Assembleia Municipal foi, por si, sustentado que as receitas estavam sobrevalorizadas e, nessa medida, o orçamento era irrealista e inexato, uma vez que o orçamento para dois mil e vinte e dois tinha sido elaborado com base nas transferências do estado que ocorreram em dois mil e vinte e um, sendo que, na altura já se sabia que tal não iria acontecer em dois mil e vinte e dois. A própria nota informativa que acompanhava essa proposta salientava o facto de que iriam existir cortes nas transferências para os municípios e que o orçamento de dois mil e vinte e dois teria de ser modificado. Na altura na sua intervenção sustentou o seguinte:-----

-----“Quando se elabora um orçamento com base em receitas que já se sabe de antemão que não vão existir há uma inevitabilidade, a necessidade de se vir a alterar o orçamento”, que é o que está a acontecer.

-----Por isso, a presente alteração vem demonstrar que o que disse há seis meses atrás fazia sentido e estava correto, só não diz que se cumpriu a profecia, porque pressupõe um certo grau de misticismo e imprevisibilidade que, neste caso, assim o entende, não se verifica.-----

-----Face ao exposto disse que a presente proposta revê em alta os valores da receita estimada relativos à cobrança de água, saneamento e resíduos e que foram ajustados para valores estimados para o ano dois mil e vinte, referindo que este é o ano de pré-pandemia, mas em rigor o ano de pré-pandemia foi o ano de dois mil e dezanove. Assim sendo pretendeu saber a razão pela qual o Município não contava cobrar estes sessenta e quatro mil euros de receitas em água, saneamento e resíduos, quando estes valores são tendencialmente estáveis. Aliás a cobrança efetiva e eficiente até pode ser um fator de consumo reduzido de água introduzindo uma ótica de consumidor pagador. Recordou o alarme social causado pela intervenção do grupo parlamentar do PS, relativo à questão da potencial

prescrição das faturas de água, que foi discutida na última Assembleia Municipal, e se não fosse essa intervenção, o Município deixaria de cobrar sessenta e quatro mil euros em faturas de água vencidas e não liquidadas. -

-----Relativamente à questão colocada, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que não sabiam até quando a pandemia se iria arrastar, o que significa que de alguma maneira e, também, por uma questão de prudência mantiveram a situação relativa às faturas de água vencidas.-----

-----Prosseguiu dizendo que considera completamente errado e especulativo quando o Senhor Deputado diz que se não fosse o grupo do PS fazer uma intervenção, na Assembleia Municipal, sobre a prescrição das faturas da água, a cobrança não teria sido efetuada, dado que aquilo que se fez foi em função dos valores apresentados e das regulamentações em vigor. Continuou, dizendo, que o esforço realizado foi devidamente justificado nestes dois anos de pandemia e pareceu-lhes prudente manter a situação. Porém, respeitando a opinião de que as alterações e revisões ao orçamento são sempre condenáveis, a imprevisibilidade dos custos, tendo em conta o período de pandemia e, no momento, a questão da seca obrigou a um esforço financeiro. Outro fator negativo é a guerra que veio agravar a inflação e os custos. -----

-----Tendo em conta a situação atual, considera que não devia existir o corte das verbas do estado, uma vez que acaba por ser um fator de alguma instabilidade social e de roturas na ligação com algumas instituições, como o que está a acontecer com a Associação Nacional de Municípios. No momento assiste-se a uma transferência de competências para as Autarquias, nomeadamente no âmbito da educação, da ação social, nalguns casos da saúde e outras, no entanto, o envelope financeiro continua a ser o mesmo que foi avaliado em dois mil e dezanove, sendo que as atuais circunstâncias são completamente diferentes. Quando regressar o inverno e tiverem que suportar os gastos energéticos na Escola, tanto na eletricidade como no aquecimento, a fatura vai duplicar e,

nesse sentido, considera mais que justo que este corte de quinhentos e setenta e um mil euros, das verbas do FEF, não existisse. Contudo, acredita que o Governo tenha em atenção estes aspetos, uma vez que não se pode delegar competências e, posteriormente, não se tenha a justa contrapartida relativa a essas mesmas competências. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** questionou o Técnico José Tavares se o orçamento da CIMBSE, aprovado há dias, assim como o seu plano de atividades, teve alguma implicância no funcionamento da Câmara Municipal a nível de projetos e de verbas.-----

-----Prosseguiu, dizendo que o orçamento e o plano de atividades da CIMBSE não foram aprovados na altura devida, uma vez que na última Assembleia Intermunicipal, juridicamente, a bancada do Partido Socialista não tinha razão para abandonar a reunião, atrasando em meio ano as contas, os projetos e as verbas da Comunidade Intermunicipal, como já tinha referido na última Assembleia Municipal. -----

-----Terminou dizendo que, na Câmara Municipal de Lisboa, em termos de Revisões e Alterações aos Orçamentos, por ano, são efetuadas, quinze. -----

-----O Técnico esclareceu que o orçamento da CIMBSE é sempre um problema na elaboração do orçamento dos municípios, porque na altura em que têm que aprovar os seus orçamentos, até ao final do mês de outubro, a CIMBSE raramente faculta os dados necessários para a elaboração do orçamento municipal. Acontece, que quando se tem conhecimento dos projetos que devem ser suportados pelos municípios já têm os seus orçamentos aprovados. Portanto, ou já se têm rubricas genéricas no orçamento, que depois poderão ser eventualmente ajustadas, ou então têm que fazer Revisões Orçamentais para incluir esses projetos nos orçamentos. No caso da Autarquia de Celorico, não há essa

necessidade, dado que o orçamento tem algumas rubricas abertas a contar com despesas que se irão ter com a CIMBSE. -----

-----De seguida explicou que os trinta e cinco mil euros de reforço constantes na presente Revisão Orçamental foram considerados com base na informação que lhe foi transmitida pelo Dr. Miraldes, numa reunião ocorrida com diversos municípios, relativa a projetos futuros da CIM, bem como a dívidas que tinham sido aprovadas em anos anteriores pelos Autarcas e que os departamentos financeiros desconheciam. -----

-----Relativamente à relação com a CIMBSE, os projetos que são aprovados são conhecidos tardiamente, bem como o próprio orçamento. Quanto aos projetos de interesse para os municípios, já estão previstos no orçamento da Autarquia para o presente ano, não havendo nenhum projeto de grande importância, tirando a questão do PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços, no âmbito das Redes Intermunicipais de Bibliotecas, bem como alguns projetos relativos a despesas correntes que já têm algumas rubricas genéricas previstas no orçamento e que estão agora a reforçar, tendo em conta a informação que lhes foi transmitida em reunião com os técnicos das diversas autarquias. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e dez abstenções, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2022.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**5. APROVAÇÃO DA 3ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que há a necessidade de um ajustamento derivado a questões diversas, sendo que uma delas é a aposentação de funcionários, o que significa que houve uma diminuição de recursos humanos, tendo como consequência a diminuição de resposta, sobretudo ao nível do pessoal externo. Outra razão prende-se com a delegação de competências, tendo de se ajustar o quadro de pessoal nesse sentido. No âmbito da transferência de competências da Ação Social há um conjunto de serviços e projetos que vão alavancar futuramente e que estavam associados a algumas instituições do Concelho. A título de exemplo, o RSI incluía outros Concelhos, o que significa que com a transferência desta competência, a responsabilidade deste serviço passa a ser de cada Município, bem como o SAAS. A terceira razão prende-se com a abertura de serviços e equipamentos, que precisam de resposta em termos de recursos humanos, nomeadamente as Piscinas Municipais, o Canil Municipal e as Casas do Castelo. Nesse sentido, há a necessidade de integrar mais profissionais, entre Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel** disse que a precaridade laboral é um tema que há largos anos preocupa o País, pelo menos os políticos de esquerda, sendo um problema real, atual e persistente. A instabilidade no emprego e a insegurança quanto à duração prejudicam o vínculo laboral e condicionam todo o planeamento pessoal e familiar dos trabalhadores. Parece-lhe obtuso que em dois mil e vinte e dois o Senhor Presidente venha em contraciclo no combate à precaridade laboral. Nesse sentido recordou que em fevereiro do presente ano, em reunião da Assembleia Municipal, foi aprovada uma proposta de extinção de catorze postos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a aprovação de uma substituição por catorze postos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Ora, no presente dia o Senhor Presidente vem,

novamente extinguir sete postos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e propor a sua substituição por doze postos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Assim sendo, pretendeu saber qual a razão para extinguir lugares no quadro, substituindo-os por contratos precários colocando os trabalhadores que vierem a ser contratados na incerteza de continuarem ou não a exercer funções dentro de um, dois ou três anos após o termo do contrato, quando poderiam ingressar nos quadros do Município. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, o que os leva a adotar este modelo é a prudência, porque têm várias situações decorrentes da transferência de competências, havendo um caráter provisório relativamente a serviços que vão receber. A Autarquia tem de preservar o equilíbrio financeiro e dentro deste caráter de prudência e transitoriedade de algumas situações têm de definir um modelo que pretendem adotar para o futuro. Atendendo a que estão a receber alguns serviços, parece-lhes prudente que este seja o modelo a adotar numa primeira fase. Não obstante, concorda que se deve caminhar para a estabilidade profissional, pois a qualidade de vida deve ser tida em conta e a incerteza do vínculo laboral é um fator que interfere com a própria instabilidade de vida de cada um. No entanto, existe um conjunto de serviços que futuramente pode caminhar para serviços de prestadores externos. -----

-----Disse, ainda, que os referidos contratos a termo certo podem ser renovados até três anos e é intenção que todos eles integrem o quadro definitivo desta Câmara, caso se justifique, passando a ser estabelecidos contratos a tempo indeterminado. Este parece-lhe o modelo mais correto e sensato de gerir a situação. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e dez abstenções, aprovar a 3ª**

Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, dando cumprimento às disposições previstas na alínea ccc), nº 1, art.º 33º. conjugado com a alínea o), nº 1 art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada, e com a alínea a), nº 2, art.º 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**6. APROVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 93/2021, DE 9 DE NOVEMBRO**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, tendo em conta o risco agravado de degradação do estado de saúde e o provável aumento de ocorrência de lesão, na carreira de assistentes operacionais e, após o parecer dos representantes dos trabalhadores, o Município decidiu entre as três categorias existentes, atribuir duas, ou seja, o nível alto de penosidade e insalubridade com um valor de 4,99€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, saneamento, procedimento de inumações, exumações, trasladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas. O nível médio com um valor de 4,09€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de higiene urbana e asfaltamento de rodovias. Este suplemento tem efeitos retroativos a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e dois.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, bem como a alteração ao Mapa de Pessoal para 2022.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. APROVAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU E DESIGNAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI DE RECRUTAMENTO**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, a proposta em título, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que na sequência de um vazio existente na Autarquia, relativo a uma ausência de cargos intermédios, surgiu este concurso para cargos dirigentes intermédios de 2º grau ao nível da Divisão Administrativa e Sócio Cultural, da Divisão de Ambiente e Obras e da Divisão Financeira e de Contratação, contribuindo para o bom funcionamento da Câmara e para a existência de uma melhor eficácia ao nível dos serviços. O concurso implica a existência de um Júri independente constituído por dois chefes de divisão, que vêm de duas Câmaras Municipais do Distrito e que será por si presidido.-----

-----A Senhora **Deputada Maria Antónia** congratulou-se com o trabalho que foi apresentado nesta sessão da Assembleia Municipal, quer pelo Técnico José Tavares, quer pelo Senhor Presidente, bem como por todo o Executivo.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e dez abstenções, aprovar a proposta apresentada, para os efeitos previstos no nº1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**8. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - NOTA INFORMATIVA DA DGAL**-----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal, a nota informativa enviada pela DGAL relativa à inclusão no orçamento do Município das receitas e despesas associadas à transferência de competências da área da educação, o que se traduziu num aumento global do orçamento em 586 166,76€, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- O Segundo Secretário -----